

Por Antonio Penteado Mendonça

Faz pouco tempo um terremoto com intensidade de 6 graus atingiu a região do Vale de Napa, na Califórnia. Até aí nada de novo. A Califórnia é famosa pelos terremotos que ocorrem regularmente em seu território. O que chama a atenção no caso é que o evento atingiu as vinícolas e os prejuízos podem ultrapassar 1 bilhão de dólares.

Além delas, várias residências também foram atingidas. O curioso é que 90% das residências do estado não têm seguro para terremoto. Pode parecer um contrassenso, mas é a realidade, apesar do governo da Califórnia ter criado um programa de proteção, ou seja, um seguro para minimizar os danos causados pelos terremotos.

Por que os norte-americanos da Califórnia não contratam este seguro? Porque é caro. E é caro porque a possibilidade da ocorrência de um terremoto é elevada, sendo que os grandes terremotos, aqueles acima de 6 graus, acontecem com certa regularidade.

O resultado do preço alto e das coberturas serem oferecidas quase que apenas pelo governo estadual gera o desinteresse da população em buscar uma proteção que está ao seu alcance. O cidadão comum prefere correr o risco de perder seu imóvel e não ter seguro para fazer frente à perda do que contratar uma apólice cara.

Nada que não se veja em outras partes do mundo. Quando um terremoto sacudiu a região de L'Aquila, na Itália, os prejuízos foram suportados pelo estado e pelos moradores porque, em função da chance concreta de terremotos causarem danos de monta, ou o preço do seguro era muito elevado, ou simplesmente não tinha seguro.

Esta situação contamina outros tipos de riscos. É o caso do risco de furacão em Miami. A cidade, apesar de estar no coração da rota do fenômeno, praticamente não tem cobertura contra furacões e a razão para isso é que o risco acumulado é muito elevado, impedindo as seguradoras de venderem suas apólices porque os prejuízos podem ultrapassar sua capacidade de pagar as indenizações.

Vale lembrar que Nova Orleans também tinha um índice muito baixo de apólices de seguros contra furacão. Quando a cidade foi praticamente destruída, o grosso dos prejuízos ficou com os moradores e com o estado, o que faz com que até hoje importantes obras de reconstrução ainda não tenham sido realizadas.

Da mesma forma, quando o sul de Nova Iorque foi atingido por uma tempestade tropical, boa parte dos imóveis destruídos, apesar de ter cobertura para furacões, não tinha cobertura contra danos causados pela água. Aqui é preciso dizer que o governo agiu rapidamente e assumiu uma bela parcela dos custos de reconstrução.

Mas isso não costuma ser a regra. Ao contrário, na maioria das vezes em que a conta fica com o governo a reparação dos danos costuma ser lenta e invariavelmente insuficiente. E tanto faz se o evento acontece num país rico ou num país pobre. A realidade é que os governos não gostam de pagar.

O Brasil não é exceção. Até hoje boa parte dos danos acontecidos na região serrana do Rio de Janeiro, atingida por fortes chuvas que causaram sérios deslizamentos, ainda não foi reparada. Faltam obras do poder público e faltam recursos para as famílias reconstruírem suas casas.

O mesmo acontece regularmente nas regiões sujeitas a enchentes na cidade de São Paulo. E por quase todo o território brasileiro. No país, o seguro ainda é a exceção à regra. A imensa maioria da população não se vale deste mecanismo para proteger seu patrimônio.

A grande diferença entre o que acontece aqui e o que acontece nos países desenvolvidos é que neles é possível contratar seguros para os danos de origem natural, climática ou não. Pode ser caro, pode ter cobertura limitada, mas o fato é que na maioria das vezes existe a possibilidade da contratação de uma apólice.

Aqui, os seguros empresariais e residenciais oferecem garantias acessórias para riscos deste tipo. O que acontece é que ou o segurado não sabe que pode contratá-las, ou o desenho da cobertura é antigo e o custo/benefício acaba não favorecendo a sua contratação e o seguro deixa de cumprir sua função social.

Ainda que não cobrindo todos os riscos de origem climática, não há razão para as seguradoras brasileiras não disponibilizarem seguros mais modernos, como acontece no resto do mundo.

Fonte: [SindSegSP](#), em 12.09.2014.